

A GAZETA

# Política

FATIA MÍNIMA DOS R\$ 289,1 MILHÕES DESTINADOS NO ORÇAMENTO FEDERAL DE 2006, SÓ CHEGARAM R\$ 9,04 MILHÕES PARA MELHORIAS EM OBRAS PÚBLICAS, ENTRE OUTRAS

## Estado fica na lanterna dos investimentos federais no país

Só 3,16% dos recursos previstos no Orçamento da União foram pagos de fato

FELIPE QUINTINO  
fquintino@redegazeta.com.br

O Espírito Santo ficou na lanterna no ranking dos investimentos federais. Do total orçado para chegar ao Estado em 2006, apenas 3,16% foi efetivamente pago pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Esse é o menor percentual entre todos os Estados brasileiros. As informações estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados, que oferece aos cidadãos um sistema de consulta à execução orçamentária, com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Tesouro Nacional (Siafi).

Do montante de R\$ 289,1 milhões aprovados em lei na dotação inicial, o governo efetivou o pagamento de R\$ 9.043.211. O valor refere-se a

promessa de gastos. No entanto, o Espírito Santo ainda não recebeu todo o valor prometido e ficou "estacionado" nos R\$ 9.043.211.

**PENDÊNCIAS.** Embora o governo federal já esteja tentando colocar em prática o orçamento de 2007, aprovado pelo Congresso Nacional e que define as prioridades de gastos, o valor da peça orçamentária anterior fica compreendido como pagamento inscrito em restos a pagar e pode ser liberado de acordo com a programação financeira.

Dos Estados da Região Sudeste, Minas Gerais obteve o melhor índice de valor retirado da Orçamento da União para investimentos: 33,64%. O governador Aécio Neves (PSDB) recebeu R\$ 438,9 milhões para investimentos. Na sequência, aparecem Rio de



**MÁ CONSERVAÇÃO.** Embora parte dos recursos recebidos pelo Estado seja para melhorias em obras públicas, o valor não é suficiente para a ampla recuperação de estradas federais, como neste trecho da BR 101 Norte. FOTO: ALAN RODRIGUES

043,211. O valor refere-se a investimentos, que são destinados ao financiamento de despesas, como aquisição de equipamentos, além de melhorias em obras públicas.

Não está sendo levado em conta o orçamento com custeio, despesas com encargos sociais e pagamento de dívidas. O governo empenhou em 2006 para o Estado, em investimentos, R\$ 121 milhões. O empenho é o primeiro passo para um projeto sair do papel. É uma espécie de

sequência, aparecem Rio de Janeiro (15,33%) e São Paulo (15,24%). A média de liberação no Sudeste ficou em 22,32%.

Comandado por um governador do PT, o Acre conseguiu o melhor percentual no país: 43,04%. Do total de R\$ 232,7 milhões previstos para o Estado, houve o pagamento de R\$ 104,6 milhões para investimentos. Em segundo lugar, ficou outro Estado da Região Norte: Tocantins, com percentual de 42,62%.

### Como fiscalizar a aplicação dos recursos

■ Para você fiscalizar o orçamento da União, a Câmara dos Deputados disponibiliza um sistema de consultas.

■ Endereço: <http://www2.camara.gov.br/orcamentobrasil/fiscalize>

### ENTENDA O ORÇAMENTO

■ **Gastos.** O Orçamento da União é o instrumento em que o governo estima as receitas que arrecadará e fixa os gastos que espera realizar no ano.

■ **Prioridades.** É uma peça de planejamento em que as políticas públicas são analisadas e ordenadas. Elas são selecionadas conforme as prioridades e integram um plano de ação do governo.

■ **Emendas.** Na elaboração da peça orçamentária, os deputados e senadores podem indicar emendas. As emendas são acréscimos que os parlamentares podem sugerir para vários setores, como construção de casas po-

pulares e reforma de hospitais.

■ **Bases.** O sistema orçamentário brasileiro é composto por três instrumentos principais: a Lei Orçamentária Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

■ **Elaboração.** O Plano Plurianual, que vigora por quatro anos, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração federal para as despesas e os programas de duração continuada. Já a LDO detalha as metas e prioridades da administração para o ano subsequente e orienta a elaboração da lei orçamentária anual

### REPASSES AOS ESTADOS

Acre	43,04%
Tocantins	42,62%
Minas Gerais	33,64%
Rio Grande do Sul	31,94%
Goias	21,96%
Piauí	19,9%
Mato Grosso do Sul	18,3%
Roraima	17,42%
Santa Catarina	17,23%
Pernambuco	16,14%
Distrito Federal	15,72%
Pará	15,35%
Rio de Janeiro	15,33%
São Paulo	15,24%
Paraíba	12,59%
Ceará	13,24%
Mato Grosso	11,57%
Paraná	11,53%
Bahia	11,35%
Sergipe	9,75%
Maranhão	9,38%
Rondônia	9,05%
Amapá	7,58%
Rio Grande do Norte	7,26%
Amazonas	6,61%
Alagoas	5,95%
Espírito Santo	3,16%

### ANÁLISE

Roberto Garcia Simões

## Dissonância

O Espírito Santo tem uma posição intermediária entre os estados na composição do Congresso Nacional. Apenas treze estados contam com uma bancada que ultrapassa a do nosso estado. No entanto, na execução do orçamento da União, o ES está no último lugar. Constatase que estados com uma bancada menor estão mais bem colocados que o Estado.

Por que vigora essa dissonância entre as posições do Espírito Santo no tamanho da bancada e na execução orçamentária? Eliminada a justificativa freqüente da "bancada pequena", podem-se citar quatro fatores: a) a bancada empenha-se na hora de aumentar os recursos no orçamento, mas não acompanha de forma contínua os empenhos para liberá-los; b) os projetos necessários inexistem ou são inconsistentes, gerando inúmeros problemas; c) é quase inexistente a inserção "capixaba" nos ministérios; d) a sociedade não cobra, e a bancada não promove audiências públicas no Estado para prestar contas.

A inserção nacional precisa ser ampliada para sintonizar o Espírito Santo político com o Espírito Santo real.

Roberto Garcia Simões é especialista em Políticas Públicas e professor da Ufes

### Menor percentual também em 2004

Não é a primeira vez que o Espírito Santo registra o menor percentual repassado pela União para investimentos. Em 2004, a história também aconteceu. Do valor orçado naquele ano, foi efetivado o pagamento de 8,95% para investimentos, ficando atrás de todos os Estados. O governo pagou na época R\$ 14.888.483,00, segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). No levantamento, com base em todos os Estados da Região Sudeste, a média de liberação ficou em 25,65% do orçamento previsto. Na ocasião, a Região Sul teve desempenho pior: 15,55% foram aplicados.

## Parlamentares querem reforçar cobrança



**AValiação.** Renato Casagrande reconheceu que o investimento foi "muito baixo", e Carlos Manato ponderou que 2006 foi um ano eleitoral. FOTO: AGÊNCIA SENADO E

## Investimentos em 2007 Governo cortou R\$ 16,4 bilhões

Em fevereiro, o governo federal anunciou o corte de R\$ 16,4 bilhões no Orçamento Geral da União deste ano. Além disso, a receita líquida do governo foi reestimada para R\$ 500,8 bilhões, ou 22,19% do PIB. O montante é inferior ao previsto na lei orçamentária aprovada pelo Congresso, que era de R\$ 514,3 bilhões, ou 22,7% do PIB. O Ministério do Planejamento anunciou ainda o contingenciamento de mais de R\$ 10 bilhões em investimentos da União no Orçamento deste ano. O valor caiu de R\$ 27,7 bilhões para R\$ 17 bilhões. Ao mesmo tempo, porém, o governo fez uma reserva técnica de R\$ 3,1 bilhões para investimentos. Este valor não está incluído nos R\$ 17 bilhões já autorizados, esses recursos devem ser efetivamente usados no decorrer deste ano - o que aumentaria o valor previsto para R\$ 20,1 bilhões.

### Casagrande e Manato avaliam que bancada precisa acompanhar mais a liberação de recursos

Responsáveis pela articulação das demandas do Espírito Santo junto ao governo federal, representantes da bancada capixaba explicam os motivos para o baixo percentual de investimentos da União no Estado. Eles enfatizam, entretanto, a necessida-

de de maior articulação da bancada para tentar liberar os recursos previstos no próprio orçamento.

"Vivemos entre o céu e o inferno nessa questão. Não dá para tapar o sol com peneira. Foi um investimento muito baixo", reconheceu o senador Renato Casagrande (PSB).

De acordo com Casagrande, líder do PSB no Senado, a maior parte do recurso que ainda não veio para o Estado refere-se a melhorias nas rodovias. "As principais obras ficaram pendentes por conta

dos questionamentos do Tribunal de Contas da União. Isso gerou problemas", disse.

Entre as rodovias que estão pendentes dos recursos federais estão ES 393, que liga Cachoeiro de Itapemirim a Mucuri, e o Contorno de Vitória. Mesmo com baixo investimento em 2006, Casagrande tem expectativas melhores na liberação de verba neste ano. "Nossas expectativas são melhores, já que conseguimos incluir obras no Programa de Aceleração do Crescimento".

O deputado federal Carlos

Manato (PDT) também aponta os problemas em convênios para a dificuldade na liberação dos recursos, mas também aponta o ano eleitoral de 2006 como um dos entraves. "Acho que 2006 foi atípico. A gente tem que observar também que parlamentares do Estado estavam com processos na Justiça e tiveram que se defender".

Ele também espera melhores resultados neste ano, com o envolvimento da bancada na liberação dos recursos e a aproximação com o governador Paulo Hartung (PMDB).